



## ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA

### 1. DO OBJETO:

1.1. Trata-se o presente processo, a dispensa de licitação para a Contratação de empresa para serviços de transmissão de jogos com disponibilidade ao vivo através do youtube.

1.2. Com base no valor médio, estima-se o valor unitário conforme abaixo descrito:

#### Lote unico – transmissões ao vivo

Item	Unid	Quant	Descrição	R\$ unit médio	R\$ total
01	Unid.	10	Transmissão de <b>jogos de futebol de campo</b> com narrador, camera movel e disponibilização <b>ao vivo</b> pelo canal do youtube.	1.587,50	15.875,00
02	Unid.	20	Transmissão de <b>jogos de futsal ou futebol society</b> com narrador, camera movel e disponibilização <b>ao vivo</b> pelo canal do youtube.	1.037,50	20.750,00
03	Unid.	20	Transmissão de <b>jogos de modalidades aleatórias (voleibol, handebol, basquete 3x3, futevolei, volei de praia)</b> com narrador, camera movel e disponibilização <b>ao vivo</b> pelo canal do youtube.	812,50	16.250,00
Total máximo estimado do lote..					<b>52.875,00</b>

### 2. REQUISITOS MINIMOS PARA A CONTRATAÇÃO:

2.1. Os **serviços** serão realizados sob o regime de empreitada global, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de **Assistencia Social**;

2.2. O compromisso para o fornecimento dos **serviços** só estará caracterizado após o recebimento da “**NAD – nota de autorização de despesas**” ou da competente Nota de Empenho, que deverá conter obrigatoriamente: data, número do processo, número da Nota de Empenho, prazo que ficará a disposição da contratante, carimbo e assinatura do responsável;

2.3. O vencedor fica obrigado a atender todas as **ordens de fornecimento** expedidas durante a vigência do contrato, dentro da quantidade estabelecida, podendo haver atendimento além da prevista, a critério da administração, mediante prévia justificativa, e com a anuência da contratada;

#### 2.4. PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

1. A vencedora deverá disponibilizar na realização de cada transmissão no mínimo 01 (um) profissional para a transmissão (narrador) e um profissional para as filmagens (câmera) e ainda todos os equipamentos necessários, tais como, câmeras, microfones, dentre outros necessários a execução dos serviços;

2. Os serviços poderão ser realizados diariamente, de segunda a domingo, feriados, tanto no período diurno, quanto noturno, sem qualquer custo adicional;

3. A inadequação técnica dos **serviços** implicará em não pagamento. Os **serviços** serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4. Os **serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 2.6. Os valores propostos deverão ser cotados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao Objeto do Edital, inclusive com as despesas de transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão do Edital, não cabendo ao Município de Canarana-MT quaisquer custos adicionais.
- 2.7. A contratação será pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável conforme faculta da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA FORMA DE PAGAMENTO E DAS RETENÇÕES:**

3.1. O pagamento será efetuado ao contratado **em até 30 (trinta) dias** após a execução dos serviços, após a emissão da Nota Fiscal, desde que devidamente atestada pela fiscal do contrato.

3.2. O pagamento **só se efetivará** depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, FGTS e CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, através da Certidão Negativa de débitos.

#### **3.3. DAS RETENÇÕES NA FONTE:**

a) O Município aplica a IN/RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN/RFB Nº 2.145/2023 para fins de **retenção de IR - Imposto de Renda** em seus pagamentos. Desta forma, para todos os documentos fiscais emitidos a partir da data mencionada, deverão ser observadas as disposições da citada Instrução Normativa, quanto ao **IR - Imposto de Renda**.

b) Ressaltamos que, não serão feitas retenções de **CSLL, PIS/PASEP ou COFINS**, apenas a retenção de **IR - Imposto de Renda** será feita, se for o caso, nos moldes da citada Instrução Normativa. Portanto, reprimamos a necessidade de que a empresa observe as regras da IN RFB nº 1.234/2012 e alterações em todos os documentos fiscais emitidos para o Município, inclusive quanto ao correto destaque do valor de **IR** a ser retido.

c) Caso a CONTRATADA seja optante do **simples nacional**, ficará isenta da retenção do IR – Imposto de Renda e deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação de sua faixa de recolhimento, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

### **4. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1. A despesa decorrente da contratação correrá à conta dos recursos orçamentários específicos consignados na ordem de compra no exercício de **2024**, conforme abaixo:

➔ 10.01.27.812.0029.2079.3.3.90.00.0500 – **dotação 351**

### **5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

5.1. A presente contratação fundamenta-se no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021 alterada pelo Decreto Federal Nº 11.871/2023 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.377/2023 e Decreto Municipal nº 2.796/2017.

### **6. DO ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA:**

6.1. A Nova Lei de Licitações, a Lei 14.133/2021, em sua lógica processual, trouxe a figura do Estudo Técnico Preliminar, como o documento de justificação e conhecimento das necessidades da Administração.

6.2. A forma do ETP está prescrita pelo art. 18, parágrafos 1º e 2º, constam nesses



dispositivos os itens obrigatórios da Nova Peça Licitatória. Acontece que a Lei não estabelece parâmetros de obrigatoriedade ou de faculdade do referido documento e a sua elaboração acaba exigindo tempo e esforços. Por isso, coube a cada órgão na medida de sua atuação regulamentadora, organizar e estabelecer as situações em que o ETP seria viável e vantajoso.

**6.3.** No caso da Prefeitura Municipal de Canarana, apesar das regulamentações existentes envolvendo a Nova Lei de Licitações, entende-se que em processos específicos, cujo objeto e a forma de contratação sejam menos complexos, é possível que se afaste a elaboração do ETP, pois o termo de referência junto com os documentos instrutivos da licitação são suficientes para investigar e definir as necessidades da Administração.

**6.4.** Sobre isso, Ronny Charles<sup>1</sup> discorre:

*“A exigência de confecção do ETP em contratações corriqueiras, ordinárias, de baixo valor e de baixa complexidade atenta contra a eficiência e a economicidade, além de induzir um comportamento que banaliza a importância do instrumento, passando a ser usado de maneira meramente formalista, para compor processos, fragilizando sua relevância e valor, mesmo quando necessário.”*

**6.5.** O processo em questão versa sobre objeto simples, objetivo, que na interpretação da Administração, dispensa a elaboração de ETP. O termo de referência já relaciona a necessidade da Administração, devidamente adequada, outras hipóteses já foram analisadas e pesquisadas, e os elementos formais que instruem o processo estão completos.

**6.6.** Por essa razão, a elaboração do ETP seria obsoleta, avançaria sobre temas já estabelecidos pela Administração, e sua dispensa representa agilidade processual e eficiência nas compras públicas. Assim, dispensa-se no presente caso.

**6.7.** A elaboração de estudo técnico preliminar, em prol da racionalidade das compras locais, da organização local e da simplicidade do objeto, que não demanda maiores aprofundamentos.

**6.8.** Ademais conforme Instrução Normativa nº 058/2022<sup>2</sup> e o Decreto Municipal 3.377/2023, o ETP é facultado conforme abaixo:

#### ***Exceções à elaboração do ETP***

***Art. 14. A elaboração do ETP:***

***I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e***  
(...)

#### ***Decreto Municipal nº 3.377/2023:***

(...)

***Art. 4º O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:***

***I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;***  
(...) ***negrito nosso***

## **7. ANALISE DE RISCO:**

**7.1. Não foram identificados riscos substanciais para a aquisição pretendida, fora os**

<sup>1</sup> TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Leis de Licitações Públicas e Comentadas**. SP: Editora Juspodivm, 2023. p 166

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-no-58-de-8-de-agosto-de-2022>



comuns a toda contratação semelhante, tais como:

1. A inexecução total ou parcial do ajuste pactuado;
2. O não cumprimento das obrigações, especificações, projetos e prazos, bem como, a ocorrência de caso fortuito e de força maior;
- 7.2. Entende-se que as ações de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação pretendida deverá estar devidamente fundamentada, representada pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.
- 7.3. Ademais, a empresa poderá sofrer as penalidades do Decreto Sancionador.

## **8. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:**

- 8.1. Com base nas informações abaixo, demonstra-se **ser viável** a contratação demandada, condicionada à implementação das providências discriminadas ao longo deste documento, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.
- 8.2. Por fim, cumpre informar que a presente contratação está em conformidade com as condições de mercado existentes e contém as especificações necessárias para a contratação. Além disso, foram consideradas as necessidades reais da Administração e seguidas as orientações da legislação vigente.

## **9. DA EXCLUSIVIDADE PARA ME ou EPP:**

- 9.1. Conforme Lei Federal 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, artigo no 48, inciso I, e ainda nos termos da Resolução de Consulta nº 17/2015 – TP, processo 19.396-8/2015 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ficou estabelecido que para aquisição de item com valor estimado até de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), a participação **MICRO EMPRESAS** e **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e **exclusiva**.
- 9.2. Com base no artigo 47 da lei complementar 123/2006 e com fundamento no artigo 48 inciso I da mesma lei, e considerando que o pedido em questão atende ao artigo 49 especialmente em seus incisos II e III da lei em questão, em que deve-se comprovar a existência de no mínimo três empresas sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir o objeto da licitação, e, existindo no mínimo as 03 (três) empresas sediadas local ou regionalmente, e considerando ainda que a contratação não trará prejuízo para o município, é que solicitamos que a licitação seja exclusiva e regionalizada para **ME's** e/ou **EPP's**, considerando região, a definição do CODEMA e conforme Decreto Municipal decreto municipal 2.796/2017 que Regulamenta no Município de Canarana-MT o tratamento diferenciado, simplificado, regionalizado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.
- 9.3. O **único lote** deste termo de referência está com o valor estimado **abaixo de R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) e diante disso **será de participação exclusiva por empresas enquadradas como MICRO EMPRESAS e EMPRESA DE PEQUENO PORTE sediadas local ou regionalmente**.

Canarana-MT 16 de setembro de 2024.

**DAIANA DA ROSA MORAIS**  
Técnica em Educação Física



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**Prefeitura Municipal de Canarana**  
Rua Miraguai, 228 – Fone (66) 3478-1200 - CEP 78640-000  
Canarana – Mato Grosso - CNPJ 15.023.922/0001-91

